



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638477 - SP (2021/0000947-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : MARADONO GOMES DA SILVA
ADVOGADO : MARADONO GOMES DA SILVA - SP385235
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ITALO DE MENEZES TEODOZIO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ITALO DE MENEZES TEODOZIO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução n. 0007896-66.2020.8.26.0496).

O paciente cumpre pena de 5 anos e 10 meses de reclusão em regime inicial fechado, pela prática do crime de tráfico de entorpecentes.

O impetrante sustenta que o paciente é reincidente, não se tratando, contudo, de reincidência específica em crime hediondo, razão pela qual deve ser retificado o atestado de pena, para constar a exigência do cumprimento de 40% da sanção para progressão de regime, nos termos da Lei n. 13.964/2019, que alterou a redação do art. 112, inciso V, da Lei de Execução Penal.

Alega, ainda, que o crime de tráfico privilegiado não é hediondo.

Requer, liminarmente, a retificação dos cálculos da pena do paciente para que seja exigido o cumprimento de 40% da reprimenda para progressão de regime prisional. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente